

B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS SETORES
FORMAL E INFORMAL URBANOS DO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO NA DÉCADA 1960 - 1970

PAULO NEY SILVA BULHÕES

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Agosto / 1983

UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS SETORES
FORMAL E INFORMAL URBANOS DO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO NA DÉCADA 1960 - 1970


PAULO NEY SILVA BULHÕES

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO (Área de Concentração: Administra-
ção Pública), E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO.

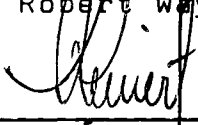


Prof. Antônio Niccoló Grillo
COORDENADOR

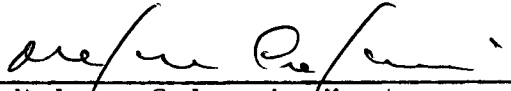
Apresentado à Comissão Examinadora integrada pelos professores:



Prof. Robert Wayne Samohyl, Ph.D.



Prof. José Nilson Reinert, Mestre



Prof. Nelson Colossi, Mestre

ã memória de minha mãe Lourdes;
ã Nita, esposa, amiga e incentiv
vadora de todos os momentos;
ã Cristiane, Paulinho, Talita
e Hadassa, nossos filhos;
aos meus irmãos, sobrinhos e sobr
brinhas.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho constitui o somatório de esforços despendidos durante um longo período, com vistas à obtenção do título de Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao chegar à etapa final, gostaria de expressar a minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização e especialmente:

ao Senhor Jesus por ter tornado possível a concretização de um ideal há muito alimentado;

à Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela permissão para a realização do Curso de Mestrado;

aos Professores Elinaldo Renovato de Lima e Nelson Colossi pela inestimável ajuda e apoio;

ao irmão e amigo Valésio Silva e família pela acolhida gentil e calorosa;

à Professora Jotilde Alves Ribeiro pela revisão do português;

à Coordenação, aos professores e aos funcionários do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e, de modo todo especial, ao professor Robert Wayne Samohyl pela orientação e estímulo.

R E S U M O

Na presente monografia examinaram-se, inicialmente, as abordagens existentes sobre o mercado de trabalho urbano, procurando-se mostrar o que caracteriza, particularmente, tanto as "dualistas" como as "globais".

Em seguida, procurou-se fazer uma análise da participação da população economicamente ativa (PEA) nos Setores Formal e Informal urbanos, por classe de renda, tanto do Brasil como, especificamente, de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, à luz das abordagens "dual" e "global", no período 1960 - 1970. Para isso, recorreu-se a dados do Censo Demográfico.

Os resultados obtidos mostram que, tanto no Brasil como nos demais Estados analisados, os Setores Formal e Informal cresceram. O crescimento do Setor Informal foi um pouco maior que o do Formal, podendo significar, de acordo com a abordagem "global", que tal crescimento se deve à expansão do desenvolvimento capitalista. Mostram, ainda, que o Setor Informal congregou a maioria da população economicamente ativa de baixa renda, significando que a esse Setor sobraram, apenas, aquelas atividades que propiciaram a subsistência.

Concluiu-se, finalmente, que o Setor Informal é parte integrante da economia urbana e que se constitui como reserva potencial de mão-de-obra barata para abastecer o Se tor Formal.

A B S T R A C T

The present work examines initially the existing approaches related to the urban labor market, i.e the "Dual approach" and the "Global Approach", aiming particularly at showing their main features.

An analysis of the participation of the economically active population (PEA) in the Formal and Informal Urban Sectors was made, taking into account the level of income in Brazil as a whole, and in the states of São Paulo, Santa Catarina and Rio Grande do Norte, separately. The "dual" and "global" approaches were used in this analysis, taking into consideration the period between 1960 and 1970, referring to the data obtained from the demographic census.

The results show that not only in Brazil but also in the states analysed the Formal and Informal Sectors grew. It was also found that the latter grew a little more than the former one. This might represent that, in accordance with the "global" approach, the growth of the Informal Sector is due to the expansion of the capitalistic development. The results also show that the Informal Sector congregated the majority of the economically active population of low income and it means that only those activities which provided subsistence were left to this sector.

Finally, it is concluded that the Informal Sector is an important component of the "global" urban economy representing a cheap source of unskilled manual labor which is utilized by the Formal Sector.

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
LISTA DE TABELAS	XII
1. INTRODUÇÃO	1
2. Os CONCEITOS DE MERCADO DE TRABALHO URBANO	7
2.1. O CONCEITO "DUAL" DE MERCADO DE TRABALHO	8
2.2. O CONCEITO "GLOBAL" DE MERCADO DE TRABALHO	16
3. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA PEA BRASILEIRA NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, À LUZ DAS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL", ENTRE 1960 E 1970	24
3.1. APRESENTAÇÃO DAS TABELAS	25

3.2. ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS	27
3.2.1 - COMPORTAMENTO DA PEA DO BRASIL ENTRE 1960 E 1970	29
3.2.2 - AS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL" E OS SETORES FORMAL E INFORMAL DO BRASIL	33
3.2.3 - COMPORTAMENTO DA PEA DE SÃO PAULO ENTRE 1960 E 1970	35
3.2.4 - AS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL" E OS SETORES FORMAL E INFORMAL DE SÃO PAULO	40
3.2.5 - COMPORTAMENTO DA PEA DE SANTA CATA- RINA ENTRE 1960 E 1970	41
3.2.6 - AS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL" E OS SETORES FORMAL E INFORMAL DE SANTA CATARINA	45
3.2.7 - COMPORTAMENTO DA PEA DO RIO GRANDE DO NORTE ENTRE 1960 E 1970	47

3.2.8 - AS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL" E OS SETORES FORMAL E INFORMAL DO RIO GRANDE DO NORTE	51
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	53
5. APÊNDICES	57
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

LISTA DE TABELAS

TABELA	PÁGINA
1 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DO BRASIL, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA - ANO 1960	29
2 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DO BRASIL, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA - ANO 1970	30
3 VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DO BRASIL, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA, ENTRE 1960 - 1970	32
4 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DE SÃO PAULO, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA - ANO 1960	36
5 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DE SÃO PAULO, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA. ANO 1970	37

6 VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DE SÃO PAULO, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA, ENTRE 1960 - 1970	39
7 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DE SANTA CATARINA, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA - ANO 1960	42
8 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DE SANTA CATARINA, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA - ANO 1970	43
9 VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DE SANTA CATARINA, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA ENTRE 1960 - 1970	44
10 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DO RIO GRANDE DO NORTE, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA- ANO 1960	47
11 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DO RIO GRANDE DO NORTE, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA -ANO 1970	48

12 VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) DO RIO GRANDE DO NORTE, NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, POR CLASSE DE RENDA, ENTRE 1960 E 1970 50

"Mesmo nas condições de desemprego em larga escala, é a própria lógica da acumulação que faz com que a adoção de técnicas de produção aptas a oferecerem emprego apenas a uma parcela limitada do proletariado disponível seja um curso de ação racional. O capital não tem imperativos econômicos, e muito menos morais, que o obriguem a criar pleno emprego".

G. Kay

(Desenvolvimento e subdesenvolvimento)

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o chamado "setor informal" ou "setor informal urbano" do mercado de trabalho não é nova nos meios acadêmicos, tendo, no entanto, se intensificado na última década, especialmente, a partir de 1975. Na tradição econômica convencional, esse problema está relacionado ao subemprego e trabalho excedente. Na tradição marxista a questões ligadas com o exército industrial de reserva.

Vários estudos sobre esse tema foram desenvolvidos em alguns países do chamado "Terceiro Mundo", podendo-se citar, entre outros, os realizados pela Organização Internacional do Trabalho em Gana (ARYEE, 1976), Quênia (I.L.O., 1972), Argentina (SANCHEZ, 1976) e Índia (BOSE, 1974), como também por outras entidades na Uganda (WEEKS, 1973), Tanzânia (BIENFELD, 1975) e Paquistão (MAHBOOB, 1976). No Brasil, a partir desse momento, alguns estudos e pesquisas, com vistas a conhecer a extensão e o funcionamento do Setor Informal, foram levados a efeito em várias cidades, podendo-se citar, entre outras,

Recife (CAVALCANTI, 1978), Salvador (CAVALCANTI, 1981) e Fortaleza (CAVALCANTI & DUARTE, 1980). De igual modo, é interessante ressaltar o trabalho de Raul Ekerman (1976) "Absorção de mão-de-obra nos mercados formal e informal", que objetiva, entre outros aspectos, apresentar um quadro da composição da população economicamente ativa brasileira e mostrar, em termos percentuais, o número de indivíduos congregados pelo Setor Informal.

No caso brasileiro, de conformidade com Ekerman, (op. cit. p. 1), o que despertou a atenção de estudiosos e órgãos, como o Conselho Nacional de Recursos Humanos, foi o fato de ser esse o setor que congrega os elementos mais pobres da população economicamente ativa e por representar um volume proporcionalmente grande de indivíduos. Estima-se em cerca de 39% a proporção de trabalhadores, na condição de autônomos, que em 1970 ganhavam pouco mais que o salário mínimo vigente para o Estado de São Paulo, de acordo com dados do Censo Demográfico de 1970.

Atribui-se a origem da terminologia "formal-informal" a um estudo sobre o emprego no Quênia, realizado pela Organização Internacional do Trabalho, em 1971, (I.L.O., 1972). Os resultados desse estudo, no que diz respeito a políticas econômicas, repercutiram de modo relevante nos meios acadêmicos e em organizações internacionais como o Banco Mundial (McNamara, 1975).

Assim sendo, esse assunto, que tem gerado contro
vérsia, somente a partir dessa data despertou o interesse de
cientistas sociais e políticos, preocupados com o desemprego
e problemas dele originados, provocado, entre outras coisas,
pela dinâmica da acumulação de capital em economias subdesenu
volvidas.

Convém ressaltar que em termos de Brasil, ainda
inexistem políticas públicas que tratem especificamente desse
assunto, não obstante terem surgido na década de 70 o SISTEMA
NACIONAL DE EMPREGO (1975), o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
DE EMPREGO (1977) e o CONSELHO FEDERAL DE MÃO-DE-OBRA (1977),
Órgãos do Ministério do Trabalho, que devem desempenhar funu
ções de combate ao desemprego, subemprego e à pobreza absoluu
ta.

O estudo ora proposto pretende examinar o conceiu
to de "setor informal" do mercado de trabalho urbano, tanto
do ponto de vista "dualista", como sob a ótica "global", em que
se pressupõe a existência de um único mercado, onde os Setou
res Formal e Informal justapõem-se, formando uma estrutura úniu
ca e heterogênea que se expande, criando e recriando formas aru
caicas de organização da produção, estando ambos subordinados
às mesmas leis gerais do desenvolvimento capitalista.

Não obstante a existência de atividades econômiu
cas nos Setores Formal e Informal, denominadas por Rezende

(1980, p. 113), de "marginais", que consistem em "atividades econômicas que são escondidas das autoridades do Estado em virtude da sua ilegalidade, podendo tomar a forma de sonegação fiscal ou até roubo", essas não serão consideradas no presente trabalho, por não dispor-se de dados oficiais sobre tais atividades. Aliás, os critérios utilizados para definir o Setor Informal, no estudo ora proposto, são: baixos rendimentos, ausência de lucros para acumulação de capital, de burocracia estatal e das leis trabalhistas.

De igual modo é, também, propósito do presente estudo analisar, à luz das abordagens "dual" e "global", a participação da população economicamente ativa (PEA) nos Setores Formal e Informal urbanos, por classe de renda, tanto do Brasil como, especificamente, de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte. Procurar-se-á, desse modo, ter uma visão geral do comportamento da PEA nesses dois Setores, ao analisar-se os dados referentes ao Brasil, assim como uma visão específica, ao serem analisados os dados de São Paulo - pelo dinâmico da economia de acumulação no País - e de Estados que representam regiões com características econômicas bem diversas, como Santa Catarina e Rio Grande do Norte. Para isso, utilizar-se-ão dados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970.

Para fins do estudo proposto, empregar-se-á, num primeiro momento, o método descritivo de identificação de si

tuações ou de teorias, visando a organizar, sistematicamente, os aspectos fundamentais do assunto, no que diz respeito às abordagens sobre o mesmo. Em seguida, utilizar-se-á o método comparativo, através do qual analisar-se-á a participação da população economicamente ativa nos Setores Formal e Informal urbanos do Brasil, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, comparando-se os dados de 1960 com os de 1970.

2. OS CONCEITOS DE MERCADO DE
TRABALHO URBANO

A literatura em que se fundamenta o tema do estudo ora proposto será abordada sob dois aspectos. Primeiro, ~~enfocar-se-ão~~ algumas abordagens dualistas, que, segundo Tolosa (1975, p. 3), surgiram com o modelo de Lewis, que dava a idéia do mercado segmentado em dois setores distintos, onde um não depende do outro. Em seguida, ~~verificar-se-ão~~ alguns pontos de vista que vêem a existência de apenas um mercado de trabalho, global, como resultado de um único processo de desenvolvimento capitalista, onde os setores formal e informal se justapõem e são integralmente interdependentes.

A seguir, ~~abordar-se-á~~ cada um desses aspectos isoladamente.

2.1. O CONCEITO DUAL DE MERCADO DE TRABALHO

Para os países em desenvolvimento, o problema do desemprego constitui-se em um grande desafio. O modelo desen

volvimentista adotado por vários desses países trouxe efeitos colaterais negativos para o bem-estar social. Verifica-se que esse modelo, que preconizava a redistribuição automática da riqueza, trouxe sérios problemas. Entre outros, assume relevo o complexo mecanismo de interrelações da mão-de-obra numa economia urbana. Em que pese as críticas de que foi alvo desde o seu aparecimento, o modelo adotado por Lewis concebe a idéia do mercado segmentado ou dualista. A propósito, afirma Santos (1979, p. 18):

"A teoria do dualismo estrutural ou tecnológico - dualismo econômico, social ou geográfico -, durante muito tempo, impressionou os espíritos sábios, que encontravam na fórmula uma aplicação confortável e atraente do subdesenvolvimento e da pobreza... Para os paladinos da tese do dualismo, a sociedade assim como a economia estariam divididas em dois setores: um, moderno, aberto às transformações baseadas na modernização e outro, tradicional, incapaz de assimilação e de participação".

Vários autores têm adotado esse modelo dualista para explicar questões relacionadas com mobilidade ocupacional, marginalidade urbana, determinação de salários, produtividade e subutilização de mão-de-obra, particularmente, nos chamados países de capitalismo periférico. Com efeito, assim se expressam Martine e Peliano (1978, p. 132-3):

"A incapacidade de absorver produtivamente e a níveis adequados de remuneração grandes setores populacionais tem-se constituído um dos maiores e mais conhecidos problemas do modelo capitalista nos países em desenvolvimento. As inconveniências resultantes dessa incapacidade têm gerado debates intensivos sobre suas causas, dimensões, manifestações e consequências sócio-econômicas. De modo geral, tais debates têm sido conduzidos sob diversas perspectivas dualistas que, para fins heurísticos, concebem a sociedade como sendo dividida em dois grupos rigidamente demarcados. Entre as perspectivas, encontram-se as dicotomias moderno-tradicional, marginal-integrado, urbano-rural, empregado-subempregado, protegido-não-protegido, capitalista-subsistência, formal-informal, etc".

Além da terminologia acima citada, utilizada por vários autores para denominar os dois segmentos em que foi dividida a economia urbana, encontra-se, ainda, Santos (1979, p. 50), referindo-se a dois circuitos: um "superior", equivalente ao que outros autores chamam de Formal e, outro, "inferior" que corresponde ao Setor Informal. De igual modo, Lima (1980, p. 245), refere-se a um mercado primário (ou formal) e outro secundário (ou informal). E, ainda, encontramos Martine e Peliano (op. cit., p. 137-8), referindo-se a um setor

"dinâmico" da economia e outro "não-dinâmico".

Hamilton Tolosa aponta, como um dos critérios para definir a segmentação do mercado de trabalho, a produtividade. Em suas palavras:

"as atividades que apresentam uma produtividade média da mão-de-obra relativamente alta compõem o chamado "*setor moderno*" da economia urbana. Em contraste, o "*setor tradicional*" compreende o conjunto de atividades de baixa produtividade". (1975, p. 5).

Ainda, segundo esse autor, a relação capital produto, salários médios mais altos e inovações tecnológicas que permitem uma elevação da produtividade do trabalho, são fatores que estão intimamente ligados ao setor moderno. No entanto, esse setor tende a ser mais regulamentado, dificultando, desse modo, a entrada de pessoas. Por sua vez, o setor tradicional é caracterizado pela facilidade de entrada e altas taxas de rotatividade de mão-de-obra. Assim sendo, o segmento moderno do mercado de trabalho urbano é caracterizado por alta produtividade e escassez relativa de mão-de-obra, acontecendo o contrário com o setor tradicional, onde há abundância de trabalho e baixa produtividade.

Uma outra concepção dualista do mercado de trabalho urbano é a apontada por Harberger (1971, p. 559), que dis

tingue os dois setores da economia como sendo um setor "protegido" e outro "não-protegido". No primeiro, afirma esse autor que, "a taxa de salários é mantida acima do nível de equilíbrio do mercado devido a leis de salário mínimo de dissídios coletivos", enquanto que, no segundo, "essa taxa é determinada livremente pelas forças de oferta e procura de mão-deobra". O mercado protegido compreenderia, portanto, "o setor moderno e aquela parte do tradicional coberta pela previdência social, ou setor formal. O restante da oferta de mão-deobra urbana estaria alocada no setor não-protegido ou informal".

Em estudo publicado sobre o mercado de trabalho, Ricardo Lima (1980, p. 217) afirma que:

"... nos últimos dez anos o corpo de uma nova teoria - a teoria do mercado dual (ou segmentado) de trabalho - tem-se desenvolvido, com vigor crescente, e estabelecido uma maneira alternativa de explicar a determinação de salários e a mobilidade ocupacional".

O autor acima citado utiliza as expressões "mercado primário" e "mercado secundário" para caracterizar os dois segmentos em que foi dividida a economia urbana, afirmando que:

"... o desenvolvimento do modo capitalista de produção gerou a dicotou

mização da estrutura industrial, que, por sua vez, originou e intensificou comportamentos dissimilares e diferenças substanciais na força de trabalho. Estas diferenças constituem barreiras efetivas à mobilidade. En travam o acesso de trabalhadores do mercado secundário aos empregos do primário, ajudam a sustentar o desenvolvimento divergente do ciclo de produção técnica e facilitam a operação de instituições capitalistas". (1980, p. 245).

Para o referido autor, o que demarca os dois mercados são as seguintes características: no mercado primário (ou formal), os hábitos de trabalho e emprego são estáveis, os salários são relativamente altos, a produtividade é alta e existe progresso técnico e treinamento. Ainda, nesse mercado de trabalho, é comum que os empregos estejam associados a firmas grandes, com alta relação capital/produto. Por seu turno, o mercado secundário (ou informal) é identificado pela alta rotatividade da mão-de-obra, baixa produtividade e estagnação tecnológica. Os empregos no mercado informal não demandam treinamento e exigem um mínimo de qualificação.

Dentro das perspectivas dualistas de mercado de trabalho, encontra-se, ainda, aquela a que se referiram Martine e Peliano (1978, p. 137), de dois setores, onde um é chamado de "setor dinâmico" e outro "setor não-dinâmico". O setor dinâmico caracterizar-se-ia pela acumulação de capital

e admite-se que somente este teria razão de ser, e seria a razão de ser, numa economia de mercado. O setor não-dinâmico, por sua vez, teria existência temporária, constituindo-se, por isso mesmo, em "reserva" potencial de mão-de-obra para aquele setor, caracterizando-se por noções de ociosidade e improdutividade, não tendo condições para competir no mercado, forçado que é ao desempenho de atividades de sobrevivência econômica.

Evidencia-se, assim, que o modelo dual adotado pelos autores citados é fortemente caracterizado pela demarcação rígida entre os dois segmentos em que foi dividida a economia urbana. De um lado está um setor moderno, protegido, formal, utilizando tecnologia capital-intensiva, organização burocrática, salários altos, ajuda governamental e empregos reduzidos. De outro, está um setor tradicional, não-protegido, informal, com as seguintes características: trabalho intensivo, organização familiar, capitais reduzidos, emprego volumoso, baixa produtividade e ausência de ajuda governamental. Consequentemente, o desenvolvimento, bem como o funcionamento de cada um desses setores são independentes.

Assim sendo, as políticas econômicas adotadas por organizações internacionais, tais como o Banco Mundial, derivam-se do quadro conceitual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que incorpora a idéia do dualismo econômico. Tanto é que Ekerman (op. cit. p. 5), citando McNamara, faz referência ao relatório daquele Banco de 1975:

"O emprego nas áreas urbanas do mundo em desenvolvimento é função do dualismo prevalecente. Dois setores coexistem lado a lado. Um é o setor organizado, formal, caracterizado por tecnologia capital-intensiva, salários relativamente altos, operações em grande escala, em organizações governamentais ou de companhias (corporation). O outro é o setor organizado tradicional, informal, cujas unidades econômicas têm características reversas ao formal: trabalho intensivo, operações em pequena escala, uso de métodos tradicionais, fruição de rendimentos modestos por parte do indivíduo e da família".

Desse modo, aquele relatório contém implicações de política econômica que estimulam os governos a agirem no sentido de moderarem suas preferências em favor da produção formal, capital-intensiva, e voltarem sua atenção mais positivamente aos pequenos produtores, não somente nas manufaturas, mas também em outros serviços, tais como: transporte, comércio e construção. Destaca, ainda, aquele relatório, que o Setor Informal oferece oportunidades mais imediatas para os pobres urbanos e provê o sustento para a sua grande maioria, muito embora seus rendimentos sejam consideravelmente menores que os do Setor Formal. Assim sendo, afirma o relatório do Banco Mundial: o que se pretende é que as políticas governamentais sejam voltadas para a proteção do Setor Informal.

Ekerman ainda faz referência ao relatório do Banco Mundial, citando um dos argumentos de política econômica em favor do Setor Informal, nos seguintes termos:

"o setor informal tem acesso limitado a crédito bancário governamental. Tem de contar com emprestadores usuários. São necessárias políticas bancárias que tornem o capital disponível (para o setor informal)".

Portanto, ao "proteger" o Setor Informal, através do fornecimento de crédito bancário governamental, acredita-se que os "informais" poderiam transformar-se em "formais".

Infere-se, desse modo, à luz das abordagens "dualistas" que, o Setor Informal tenderia, ao longo do desenvolvimento econômico, a ser absorvido pelo Setor Formal.

Examinadas as características do conceito dual de mercado de trabalho urbano, passar-se-á ao conceito global.

2.2. CONCEITO GLOBAL DE MERCADO DE TRABALHO

Não obstante a postura dualista assumida por vários autores para tentar explicar problemas tais como marginalidade urbana, subutilização da mão-de-obra ou desemprego nos países do Terceiro Mundo, outras correntes existem que defendem a inexistência de estanqueidade entre os dois univer

so em que foi dividida a economia urbana nesses países. A ôtica, sob a qual os defensores da idéia da globalidade do mercado de trabalho urbano vêem o problema, contrasta com a dos dualistas que afirmam que o desenvolvimento do Setor Formal tenderia a absorver completamente o Informal. A propósito, assim se expressa Santos (1979, p. 19):

"... não há setor propriamente tradicional. Toda a economia e toda a sociedade estão penetradas por elementos de modernização, se bem que em diferentes níveis quantitativos e qualitativos. Em seguida, não se pode considerar os dois setores como se fossem separados, independentes, autônomos. É antes a modernização, pela forma que assume em pleno período tecnológico, que é responsável pelo desenvolvimento do subemprego e da marginalidade".

O referido autor afirma, então, que a "economia urbana deve ser estudada como um sistema único", composto, no entanto, por dois circuitos que ele chamou, respectivamente, de "circuito superior" e "circuito inferior". Esse modelo aceita os circuitos como parte de uma estrutura econômica da cidade, global e interligada. Ambos são opostos e complementares e mantêm relações entre si, possuindo, não obstante, atividades econômicas distintas, desempenhadas dentro de um certo contexto. A idéia de lucro, por exemplo, é diferente em cada um dos circuitos: no circuito superior (ou formal) é uma ques

tão de acumulação de capital, e, no inferior (ou informal), é uma questão de sobrevivência e de garantia da satisfação das necessidades básicas.

De igual modo, Souza (1979, p. 87), defendendo a idéia da existência de apenas um mercado de trabalho, onde os Setores Formal e Informal estão intimamente relacionados, afirma que:

"O fato de definir dois setores diferenciados da economia urbana não significa que se adote um esquema analítico dualista. Ao contrário, o marco de análise formulado se distingue do dualismo devido às relações que existem entre ambos os setores definidos e ao grau de homogeneidade que se encontra no interior dos mesmos".

Prossegue, ainda, o referido autor, asseverando que o mercado é único e que a expansão de um setor afeta infalivelmente o outro. Ao expandir-se, o Setor Formal limita o mercado do Setor Informal, que, por sua vez, tem sua expansão esbarrada. Assim sendo, o funcionamento do Setor Informal é acoplado ao Setor Formal de modo intersticial junto com as formas propriamente capitalistas, atuando em espaços perfeitamente delimitados, que são criados e recriados pela expansão do sistema. Fica, portanto, esse setor, caracterizado da seguinte forma, de acordo com Souza (1979, p. 88):

"O setor informal está constituído pelo conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas, que utilizam processos tecnológicos simples e que além disso estão inseridas em mercados competitivos ou na "base" da estrutura produtiva, no caso dos mercados oligopólicos concentrados. Dado estas características, sua capacidade de acumulação e por conseguinte de expansão, será restringida".

Torna-se claro, portanto, que o aparente dualismo da economia urbana dos países subdesenvolvidos está calcado no modelo adotado por estes, baseado, segundo Francisco de Oliveira, na "teoria do subdesenvolvimento". Esse autor, no entanto, contesta o conceito do "modo de produção subdesenvolvido", afirmando que:

"No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno de oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. De fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado

setor "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado". (1979, p. 9)

Percebe-se, dessa forma, que a dicotomia "moderno-atrasado" nada mais é do que fruto da expansão do desenvolvimento capitalista. Tanto é que Cunha (1979, p. 34), analisando o problema da marginalidade na América Latina, ratifica o pensamento de Oliveira, afirmando:

"Hoje em dia, passados alguns anos do início da polêmica sobre marginalidade urbana na América Latina, seria supérfluo - caso não fosse essencial - enfatizar que o desenvolvimento capitalista da região compreende uma série de processos que incluem tanto a concentração do capital em termos empresariais modernos - em algumas áreas -, como a recriação, em outras, de formas precárias de produção baseadas no trabalho familiar".

O ponto de vista do autor acima citado, que admite a coexistência de formas evoluídas e atrasadas de produção, fruto de um único processo de desenvolvimento capitalista, distingue-se do posicionamento dualista, de acordo com o qual a economia urbana está demarcada por dois universos de produção paralelos e independentes. Portanto, é a própria dominação do capital que impõe o aparente dualismo: o número de

trabalhadores na produção informal é uma função, não da demanda por mão-de-obra oriunda do próprio setor informal, mas do excesso de oferta existente nesse setor.

Os mecanismos de reprodução da simbiose formal-informal são, então, justificados em termos de acumulação de capital, pois de acordo com Cunha (1979, p. 35):

"Ao controlar maiores recursos o capital tenderá, via de regra, a explorar todas as atividades cuja rentabilidade seja igual ou superior à taxa de lucro prevalecente. Ao setor informal sobriariam, portanto, as atividades que, dado ao nível de desenvolvimento das forças produtivas ainda não foram completamente regulamentadas pelo capital, ou então, sobrevivem em função de características dos mercados que as tornam menos rentáveis para a exploração plenamente capitalista".

Inferre-se, desse modo, que a existência do Setor Informal se deve ao prevailecimento de atividades que propiciem o desenvolvimento sistemático de acumulação de capital. Ajusta-se a essa situação a realidade dos problemas dos países latino-americanos, onde grandes contingentes de pessoas vivem nas áreas metropolitanas executando tarefas temporárias, incertas e de baixa remuneração. A propósito, afirma Ekerman (1976, p. 8):

"A relação de trabalho em que se encontram os informais, os marginaliza do sistema de acumulação de capital. Eles pouco participam da regra de reciprocidade dominante na sociedade, que é de obter bens e serviços em troca no processo de criação de mais-valia em escala crescente".

Em resumo, pode-se verificar que o "dualismo" é um fenômeno característico dos países do "Terceiro Mundo". E, para explicar esse fenômeno, duas correntes surgiram nos meios acadêmicos. Na primeira estão os "dualistas", que caracterizam os dois setores em que foi dividida a economia urbana da seguinte maneira: um setor é chamado de "formal", moderno, protegido, aberto às transformações baseadas na modernização, com alta produtividade da mão-de-obra, salários altos, progresso técnico e treinamento. O outro setor é "informal", atrasado, utiliza organização primitiva, tem baixa produtividade, baixos salários e estagnação tecnológica. A segunda corrente admite, também, a existência de dois setores diferenciados na economia urbana com algumas das características acima descritas. O que, no entanto, diferencia as duas correntes é a interdependência entre os dois setores. Os "dualistas" afirmam que os dois setores são rigidamente demarcados e têm um funcionamento totalmente independente, sendo a existência do Setor Informal temporária, já que, ao expandir-se ao longo do tempo, o Setor Formal absorveria completamente o Informal. Por

sua vez, os que vêem a economia urbana como um sistema único e "global", afirmam que os dois setores são interdependentes, tendo o seu funcionamento acoplado, pois o Setor Formal cresce e se alimenta da existência do Setor Informal. Assim sendo, o excesso de oferta de mão-de-obra oriunda do Setor Informal provoca o rebaixamento dos salários desse Setor e, consequentemente, aumenta os lucros, alimenta a dinâmica de acumulação e a concentração de renda do Setor Formal.

Examinadas as abordagens conceituais sobre mercado de trabalho urbano, analisar-se-á, no capítulo que se segue, a participação da população economicamente ativa (PEA) do Brasil e, separadamente, de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte nos Setores Formal e Informal urbanos, no período 1960 - 1970, à luz dessas abordagens.

3. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA PEA BRASILEIRA NOS SETORES FORMAL E INFORMAL URBANOS, À LUZ DAS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL", ENTRE 1960 E 1970

O propósito deste capítulo é analisar, à luz das abordagens "dual" e "global", a participação da população economicamente ativa do Brasil e, especificamente, de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, nos Setores Formal e Informal Urbanos, por classe de renda, no período 1960 - 1970, a partir de dados dos Censos Demográficos.

3.1. APRESENTAÇÃO DAS TABELAS

Recorrendo-se a dados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, foram elaboradas as tabelas de 01 a 12, que apresentam a participação da população economicamente ativa (PEA) nos Setores Formal e Informal urbanos, como, também, a variação percentual da participação da PEA nesses Setores. Faz-se, no entanto, necessário esclarecer alguns pontos que facilitem uma melhor compreensão da elaboração das tabelas, bem como dos resultados obtidos.

Em primeiro lugar, de acordo com o Censo Demográfico de 1970, a população economicamente ativa compreende as pessoas que trabalharam nos doze meses anteriores à época do Censo, mesmo que na referida data estivessem desempregadas, em gozo de licença ou férias, ou presas, aguardando julgamento. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 (dez) anos em diante, que na data do Censo estivessem procurando trabalho pela primeira vez.

Outro ponto a ser esclarecido diz respeito às fontes de informações dos Censos, uma vez que utilizaram-se, respectivamente, as tabelas 24 e 26 dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, que registram, por faixa de rendimentos e por grupo e subgrupos ocupacionais, as pessoas economicamente ativas. Conforme essas tabelas, os grupos e subgrupos ocupacionais são os seguintes: "Administrativas", "Técnicas e Científicas", "Agropecuárias", "Transformação e Construção Civil", "Comerciais e Auxiliares", "Transporte e Comunicações", "Prestação de Serviços", "Defesa e Segurança" e "Outras".

Assim sendo, a adaptação das tabelas dos Censos às empregadas no presente trabalho teve como base aquela utilizada por Raul Ekerman em seu Trabalho "Absorção de mão-de-obra nos mercados formal e informal", tendo sido feita da seguinte maneira:

- 1) Não foram consideradas as ocupações "Agropecuárias",

tendo em vista trabalhar-se apenas com a população urbana;

2) Agregaram-se as ocupações "Administrativas", "Técnicas e Científicas", "Transformação e Construção Civil", "Comerciais e Auxiliares", "Transporte e Comunicações" e "Defesa e Segurança" no Setor Formal;

3) Identificou-se o Setor Informal com o grupo "Prestação de Serviços";

4) Não considerou-se o grupo "Outras" por constituir-se de um número indeterminado de pessoas, tornando-se impossível identificá-lo com qualquer um dos Setores;

5) Reduziram-se as faixas de rendimento mensal a 3 classes de renda: até um salário mínimo e meio, de um salário mínimo e meio a dez salários, e mais de dez salários.

3.2. ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

Verifica-se que, no período em estudo, a participação da população economicamente ativa (PEA) no Setor Informal apresentou os maiores percentuais de crescimento na classe de renda baixa (até um salário mínimo e meio), tanto no Brasil como nos demais estados analisados. Verifica-se, ainda, que na classe de renda alta (mais de dez salários) a participação da PEA no Setor Informal foi a que apresentou os menores per

centuais de crescimento, no Brasil e em São Paulo, tendo apresentado um crescimento zero em Santa Catarina e no Rio Grande do Norte.

Em contrapartida, constata-se que, na classe de renda baixa, a participação da PEA no Setor Formal apresentou um decréscimo no Brasil, em São Paulo e Santa Catarina, tendo apresentado um percentual de crescimento positivo apenas no Rio Grande do Norte, mesmo assim, inferior ao Setor Informal.

Observa-se que, também, na classe de renda média (de um salário mínimo e meio a dez salários), a participação da PEA no Setor Formal, no Brasil, em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte apresentou o maior percentual de crescimento.

Desse modo, percebe-se que o Setor Informal cresceu, na década em estudo, junto com o Setor Formal e congregou a maioria da população economicamente ativa pobre. Acha-se, no entanto, conveniente tecer alguns comentários sobre os dados das tabelas que podem evidenciar esse fato, além de mostrar, em termos absolutos, o número de indivíduos congregados pelos Setores Formal e Informal em 1960 e em 1970.

3.2.1 - COMPORTAMENTO DA PEA DO BRASIL ENTRE 1960
E 1970

O comportamento da PEA brasileira, ou seja, sua participação nos Setores Formal e Informal entre 1960 e 1970, será descrito tanto através das tabelas que mostram em números absolutos os indivíduos congregados por cada Setor nas três classes de renda, como também daquelas que apresentam os percentuais de variação ocorrida nesses Setores no período estudado.

TABELA 01

Participação da população economicamente ativa (PEA) do Brasil, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda.

ANO - 1960

SETOR	CLASSE DE RENDA			TOTAL
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mínimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	3431044	3997644	112656	7541344
INFORMAL	1282550	146694	601	1429845
TOTAL	4713594	4144338	113257	8971189

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1960, Tabela 24.

Verifica-se, através da tabela 01, que a maioria da PEA dos Setores Formal e Informal, composta de 4.713.594 indivíduos, encontrava-se na classe de renda baixa, representando 52.5% da PEA total. Por sua vez, a participação da PEA de renda alta, com um número de 113.257 pessoas, representa 1.3% da PEA total.

Verifica-se, ainda, que o maior número de pessoas do Setor Formal - 3.997.644 - encontrava-se na classe de renda média, representando 53% do total da PEA desse Setor. Por outro lado, a maioria das pessoas do Setor Informal - 1.282.550 -, concentrava-se na classe de renda baixa, representando 89.7% da PEA desse Setor.

Pode-se observar, também, que o total da população do Setor Formal, 7.541.344 pessoas, representa 84% da PEA total, enquanto que a população do Setor Informal, com 1.429.845 indivíduos, representa 16% da PEA total.

TABELA 02

Participação da população economicamente ativa (PEA) do BRASIL, nos Setores Formal e Informal urbanos, por classe de renda.

ANO - 1970

SETOR	CLASSE DE RENDA			TOTAL
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mínimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	2589140	8037749	900470	11527359
INFORMAL	1827228	395341	2798	2225367
TOTAL	4416368	8433090	903268	13752726

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1970, Tabela 26.

Examinando-se a tabela 02, observa-se que em 1970 a maioria da população dos Setores Formal e Informal, num total de 8.433.090 pessoas, encontra-se na classe de renda média, representando 61.3% da PEA total. Enquanto que o menor número de pessoas economicamente ativas - 903.268 -, encontrava-se na classe de renda alta, o que representa 6.5% da PEA total.

O Setor Formal congregou na classe de renda média o maior número de pessoas - 8.037.749 -, o que representa 69.7% do total de pessoas desse Setor. Por sua vez, o Setor Informal congregou, na classe de renda baixa, o maior número de pessoas - 1.827.228 -, representando 82.1% da PEA total desse Setor.

Torna-se claro, ainda, que a população total do Setor Formal, 11.527.359 pessoas, representa 84.0% da PEA total, enquanto que a do Setor Informal, 2.225.367 indivíduos, representa 16.0% da PEA total.

Assim sendo, observando-se os totais da população dos Setores Formal e Informal do Brasil em 1970, verifica-se que a participação da PEA brasileira nesses Setores foi idêntica a 1960.

TABELA 03

Variação percentual da participação da população economicamente ativa (PEA) do BRASIL, nos Setores Formal e Informal urbanos, por classe de renda, entre 1960 - 1970

SETOR	CLASSE DE RENDA			Variação TOTAL por Setor
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mí- nimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	-24.5%	101.0%	699.3%	52.9%
INFORMAL	42.5%	169.5%	365.5%	55.6%
Variação TOTAL por classe de renda	-6.3%	103.4%	679.5%	53.3%

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1960 e 1970 -
Tabelas 24 e 26.

Os dados da tabela 03 revelam, ainda, que a participação da população economicamente ativa no Setor Formal do Brasil decresceu, na classe de renda baixa, em -24.5% na década em estudo. Por sua vez, a participação da população do Setor Informal, nessa classe de renda, apresentou um percentual de crescimento de 42.5%. O total da população dos dois Setores na classe de renda baixa decresceu em -6.3%.

Observa-se que, na classe de renda média, a parti

cipação do Setor Informal evidenciou um percentual de crescimento de 169.5%, superior ao do Setor Formal, que foi de 101%. A população total dessa classe de renda cresceu em 103.4%, no período em estudo.

O Setor Formal apresentou, na classe de rendimentos altos, um crescimento de 699.3%, enquanto que o Setor Informal cresceu em 365.5%. O total da população dos dois Setores, nessa classe de renda, cresceu no período em estudo em 679.5%. Pode-se perceber, ainda, que o percentual de crescimento do total da população do Setor Informal, de 55.6%, foi um pouco maior que o do Setor Formal, que atingiu um percentual de 52.9%.

3.2.2 - AS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL" E OS SETORES FORMAL E INFORMAL DO BRASIL

Constata-se, de acordo com a postura dualista, que, numa economia de mercado, somente o Setor Formal teria razão de ser, e que a existência do Setor Informal seria temporária. Os dualistas justificam essa postura, acreditando que, no decorrer do desenvolvimento econômico, o Setor Formal tenderia a crescer a ponto de absorver completamente o Setor Informal. A propósito, afirma Cunha (1979, p. 2) que a abordagem mais usual nas pesquisas empíricas e estudos teóricos sobre o dualismo urbano, fundamenta-se no pressuposto de que, mesmo nas condições de subdesenvolvimento com excesso de mão-de-obra,

o pleno emprego é um objetivo atingível.

Por sua vez, os autores que defendem a idéia da globalidade da economia urbana, onde os Setores Formal e Informal se justapõem e são interdependentes, afirmam que a dicotomia existente no mercado de trabalho urbano é um fenômeno característico dos chamados países subdesenvolvidos, ou de capitalismo periférico. Tanto é que os estudos existentes sobre esse assunto têm sido desenvolvidos em alguns desses países, conforme aqueles citados na introdução deste estudo. Para esses autores, o Setor Informal é, ao mesmo tempo, fruto do excesso de mão-de-obra existente no Setor Formal e reserva de mão-de-obra barata para esse Setor.

O que verificou-se na realidade brasileira, de acordo com os dados das tabelas anteriormente descritas, é que ambos os Setores cresceram no período 1960 - 1970. A tabela 03 mostra que o crescimento do Setor Informal, atingiu, na década, o percentual de 55.6%, superior ao do Setor Formal, de 52.9%.

Isso pode significar, de acordo com os autores que contestam a idéia do funcionamento independente de cada

um dos Setores, ou seja, de acordo com os que vêem a economia urbana como "global", onde os Setores Formal e Informal estão intimamente relacionados, que o crescimento do Setor Informal é fruto da expansão do desenvolvimento capitalista. Tanto é que OLIVEIRA (1976) e CUNHA (1977) comungam do mesmo pensamento que o número de trabalhadores da produção informal é uma função, não da demanda por mão-de-obra oriunda do próprio Setor Informal, mas do excesso de mão-de-obra existente nesse Setor.

Verificou-se, ainda, que houve, na década em estudo, um crescimento de 42.5% na participação da população economicamente ativa brasileira no Setor Informal, na classe de renda baixa, enquanto que a população do Setor Formal dessa classe de renda decresceu em -24.5%. Assim sendo, constata-se que houve um incremento na participação da população economicamente ativa pobre do Setor Informal nesse período. Infere-se, à luz do enfoque "global", que ao Setor Informal brasileiro sobram, apenas, aquelas atividades que ensejaram somente a oportunidade de prover a subsistência.

3.2.3 - COMPORTAMENTO DA PEA DE SÃO PAULO ENTRE 1960 E 1970

Constata-se, através da tabela 04, que em 1960 ficou concentrado, na classe de renda média, o maior número de

peças economicamente ativas - 1.517.568 - de São Paulo, diferindo do Brasil, onde a maioria da PEA encontrava-se na classe de renda baixa. Assim sendo, 59.8% da PEA total encontrava-se nessa classe de renda. Por outro lado, a participação do total da PEA de renda alta, com 40.758 pessoas, representa 1.6% da PEA total. A participação da PEA de renda baixa, num total de 978.460 pessoas, representa 38.6% da PEA total.

TABELA 04

Participação da população economicamente ativa (PEA) de São Paulo, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda.

ANO - 1960

SETOR	CLASSE DE RENDA			TOTAL
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mínimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	694288	1457062	40503	2191853
INFORMAL	284288	60506	255	344933
TOTAL	978460	1517568	40758	2536786

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1960 - Tabela 24

Constata-se, ainda, que, semelhantemente ao Brasil, o maior número de pessoas do Setor Formal - 1.457.062 - encontrava-se na classe de renda média, representando 66.5%

da PEA desse Setor. Por sua vez, o maior número de pessoas congregado pelo Setor Informal - 284.288 - achava-se na classe de renda baixa, o que representa 82.4% do total da população desse Setor.

Evidencia-se, também, que o Setor Formal congregou a maioria da PEA, 2.191.853 pessoas, representando 86.4% da PEA total, enquanto que o Setor Informal congregou 344.933 indivíduos, o que representa 13.6% da PEA total.

A tabela 05 mostra que em 1970 o maior número de indivíduos economicamente ativos - 2.938.032 - estava congregado na classe de renda média, significando que 71.0% da PEA total encontrava-se nessa classe de renda. Por sua vez, o menor número - 361.360 - encontrava-se na classe de renda alta, representando 8.7% da PEA total. Na classe de renda baixa, encontravam-se 841.563 pessoas, representando 20.3% da PEA total.

TABELA 05

Participação da população economicamente ativa (PEA) de SÃO PAULO, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda. ANO - 1970.

SETOR	CLASSE DE RENDA			TOTAL
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mínimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	405938	2762929	360033	3528900
INFORMAL	435625	175103	1327	612055
TOTAL	841563	2938032	361360	4140955

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1970 - Tabela 26

Verifica-se que, do mesmo modo que em 1960, o maior número de pessoas congregadas pelo Setor Formal - 2.762.929 - encontrava-se na classe de renda média, o que representa 78.3% do total da PEA desse Setor. Por outro lado, o Setor Informal congregou o maior número de indivíduos - 435.625 - na classe de renda baixa, representando 71.2% do total da população desse Setor.

Torna-se claro, também, que a maioria da PEA estava congregada no Setor Formal, representando 85.2% da PEA total. Os outros 14.8% da PEA total encontrava-se no Setor Informal.

Portanto, verifica-se que os percentuais de participação da PEA de SÃO PAULO, em 1970, foram muito próximos aos de 1960.

Os dados da tabela 06 mostram que a participação da PEA do Setor Formal na classe de renda baixa decresceu no período em estudo em -41.5%, enquanto que a participação da PEA do Setor Informal, nessa classe de renda, apresentou um crescimento de 53.3%. O total da população dos dois Setores, na classe de renda baixa, apresentou um decréscimo de -13.9%.

TABELA 06

Variação percentual da participação da população economicamente ativa (PEA) de SÃO PAULO, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda, entre 1960 - 1970

SETOR	CLASSE DE RENDA			Variação TOTAL por Setor
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mí- nimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	-41.5%	89.6%	788.9%	61.0%
INFORMAL	53.3%	189.4%	420.3%	77.4%
Variação TOTAL por classe de renda	-13.9%	93.6%	786.6%	63.2%

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1960 e 1970 -
Tabelas 24 e 26

Mostram, ainda, que na classe de renda média a participação da PEA dos Setores Formal e Informal cresceu respectivamente, em 89.6% e 189.4%. A população total dessa classe de renda cresceu, em 93.6%, no período estudado.

A participação da PEA do Setor Formal, na classe de renda alta, apresentou um percentual de crescimento de 788.9%, enquanto que a participação da PEA do Setor Informal,

nessa classe de renda, foi de 420.3%. O total da PEA da classe de renda alta cresceu em 786.6%.

Vale salientar que o Setor Informal apresentou, na década um crescimento de 77.4%, superior ao do Setor Formal que atingiu 61.0%.

3.2.4 - AS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL" E OS SETORES FORMAL E INFORMAL DE SÃO PAULO

Evidencia-se que, igualmente ao Brasil, o comportamento da PEA de São Paulo apresentou variações idênticas. Os Setores Formal e Informal cresceram juntos na década em estudo. O Setor Formal apresentou o maior crescimento na classe de renda alta - 788.9% - e um decréscimo de -41.5% na classe de renda baixa. Por sua vez, o Setor Informal apresentou um crescimento de mais de cinquenta por cento na classe de renda baixa, tornando claro que os pobres urbanos estão concentrados nesse Setor. De igual modo, é importante ressaltar que o percentual de crescimento da população total do Setor Informal - 77.4% - foi superior ao do Setor Formal que foi de 61.0%.

Assim sendo, os dados apresentados pelas tabelas analisadas evidenciam que os mecanismos de reprodução da simbiose Formal-Informal estão calcados, de acordo com os que

defendem a idéia da interdependência dos dois Setores, no processo de desenvolvimento capitalista, do qual São Paulo é o principal representante. A incapacidade do Setor Formal de absorver produtivamente, e a níveis adequados de remuneração grande parcela da população economicamente ativa é que tem sido, segundo autores como MARTINE & PELIANO (1978) e RICARDO LIMA (1980), responsável pelo crescimento do Setor Informal. Tanto é que São Paulo, pólo dinâmico da economia de acumulação, apresentou entre 1960 e 1970 um índice de crescimento do Setor Informal superior ao do Setor Formal. Também, nesse Estado, o maior percentual de crescimento foi da classe de renda alta do Setor Formal - 788.9% - o mesmo acontecendo com a classe de renda baixa do Setor Informal.

3.2.5 - COMPORTAMENTO DA PEA DE SANTA CATARINA ENTRE 1960 E 1970

Examinando-se a tabela 07, verifica-se que, em 1960, os Setores Formal e Informal congregaram o maior número de pessoas na classe de renda baixa. O número de pessoas congregadas pelo Setor Formal nessa classe de renda foi de 101.622, representando 57.2% da PEA total desse Setor. Por sua vez, o Setor Informal congregou 23.820 indivíduos nessa classe de renda, o que representa 93.6% da PEA total desse Setor. Assim sendo, o maior número de pessoas economicamente

ativas - 125.442 - encontrava-se na classe de renda baixa, representando 61.7% da PEA total.

TABELA 07

Participação da população economicamente ativa (PEA) de SANTA CATARINA, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda.

ANO - 1960

SETOR	CLASSE DE RENDA			TOTAL
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mínimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	101622	74994	1082	177698
INEORMAL	23820	1637	-	25457
TOTAL	125442	76631	1082	203155

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1960, Tabela 26

Verifica-se, também, que 87.5% da PEA total encontrava-se no Setor Formal, ficando os 12.5% no Setor Informal.

Os dados da tabela 08 mostram que, em 1970, a participação da PEA nos Setores Formal e Informal urbanos de Santa Catarina foi diferente de 1960. Assim, o maior número de pessoas dos Setores Formal e Informal - 241.422 - ficou congregado na classe de renda média, representando 71.0% da PEA

total. O menor número ficou na classe de renda alta - 13.592 - representando 4.0% da PEA total.

TABELA 08

Participação da população economicamente ativa (PEA) de SANTA CATARINA, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda.

ANO - 1970

SETOR	CLASSE DE RENDA			TOTAL
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mínimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	51280	234241	13570	299091
INFORMAL	35330	7181	22	42533
TOTAL	86610	241422	13592	341624

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1970, Tabela 26

Mostram, ainda, que o maior número de pessoas congregadas pelo Setor Formal - 234.241 - estava na classe da renda média, representando 78.0% do total da PEA desse Setor. Por sua vez, o maior número de pessoas do Setor Informal - 35.330 - estava congregado na classe de renda baixa, o que representa 83.0% do total da PEA desse Setor.

Evidencia, também, a tabela 08, que o total da PEA do Setor Formal representa 87.5% da PEA total. Por sua vez

os 12.5% da PEA total estão no Setor Informal.

Portanto, os percentuais de participação dos Setores Formal e Informal, em 1970, foram exatamente iguais aos de 1960.

TABELA 09

Variação percentual da participação da população economicamente ativa (PEA) de SANTA CATARINA, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda, entre 1960 e 1970.

SETOR	CLASSE DE RENDA			Variação TOTAL por Setor
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mí- nimo e meio até	Mais de dez salários	
FORMAL	-49.5%	212.3%	1154.2%	68.3%
INFORMAL	48.3%	338.6%	0	67.0%
Variação TOTAL por classe de renda	-31.2%	215.0%	1156.0%	68.2%

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1960 e 1970 -
Tabelas 24 e 26

Verifica-se, através da tabela 09, que houve, no período estudado, um decréscimo de -49.5% na participação

da PEA do Setor Formal na classe de renda baixa, enquanto que a participação do Setor Informal, nessa classe de renda, apresentou um crescimento de 48.3%. O total da população dos dois Setores, nessa classe de renda, decresceu em -31.2%.

Verifica-se, ainda, que, na classe de renda média, a participação do Setor Informal cresceu em 388.6%, sendo superior à participação do Setor Formal que foi de 212.3%. A população total dessa classe de renda apresentou um crescimento de 215.0%.

Observa-se, também, que somente o Setor Formal cresceu na classe de renda alta, tendo sido esse crescimento de 1154.2%. O crescimento total da população do Setor Formal, de 68.3%, foi superior ao do Setor Informal que atingiu 67.0%.

Portanto, o Setor Formal apresentou entre 1960 e 1970 um crescimento quase igual ao do Setor Informal.

3.2.6 - AS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL" E OS SETORES FORMAL E INFORMAL DE SANTA CATARINA

Observa-se que, com poucas exceções, a participação da população economicamente ativa de Santa Catarina nos Setores Formal e Informal urbanos foi semelhante a de São Pau

lo na década em estudo. Assim, o maior índice de crescimento do Setor Formal foi na classe de renda alta - 1154,2% - tendo havido um decréscimo de -49,5% na classe de renda baixa. Por sua vez, o Setor Informal apresentou um crescimento de 48,3% na classe de renda baixa e um crescimento zero na classe de renda alta. Nesse Estado, o total da população do Setor Formal teve um crescimento um pouco maior que o total da população do Setor Informal.

Os dados, ora descritos, indicam que em Santa Catarina, Estado representante da Região Sul, o Setor Informal cresceu entre 1960 e 1970, contrariando o pensamento dualista de que a existência desse Setor seria temporária, já que o desenvolvimento econômico tenderia a propiciar a transformação dos "informais" em "formais". Podem indicar, também, segundo OLIVEIRA (1979, p. 9), que o Setor Formal cresce e se alimenta do Setor Informal.

Torna-se claro, ainda, que houve um crescimento significativo da população de baixa renda do Setor Informal, crescimento este que ratifica a idéia de que, dadas as suas características, a capacidade de acumulação desse Setor será restringida, provocando o surgimento de atividades que propiciam, pelo menos, a subsistência.

3.2.7 - COMPORTAMENTO DA PEA DO RIO GRANDE DO NORTE ENTRE 1960 E 1970

Os dados da tabela 10 mostram que em 1960 a maioria da PEA do Rio Grande do Norte, composta de 75.084 pessoas, estava concentrada na classe de renda baixa, representando 79.0% da PEA total. Por sua vez, o menor número de pessoas - 641 - estava na classe de renda alta, o que representa 0.68% da PEA total.

TABELA 10

Participação da população economicamente ativa (PEA) do RIO GRANDE DO NORTE, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda.

ANO - 1960

SETOR	CLASSE DE RENDA			TOTAL
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mínimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	58508	19220	637	78365
INFORMAL	16576	75	4	16655
TOTAL	75084	19295	641	95020

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1960, Tabela 24

Mostram, ainda, esses dados, que o Setor Formal

congregou, na classe de renda média, 19.220 pessoas, representando 24.5% do total da PEA desse Setor. Por outro lado, o Setor Informal congregou, nessa classe de renda, apenas 75 pessoas. Ambos os Setores congregaram, na classe de renda alta, um número reduzido de pessoas.

Ainda pode-se observar que a maioria da PEA, num total de 78.365 pessoas, estava congregada no Setor Formal, representando 82.5% da PEA total, enquanto que o Setor Informal congregou 16.655 pessoas, o que representa 17.5% da PEA total.

TABELA 11

Participação da população economicamente ativa (PEA) do Rio Grande do Norte, nos Setores FORMAL e INFORMAL urbanos, por classe de renda.

ANO - 1970

SETOR	CLASSE DE RENDA			TOTAL
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mínimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	64380	48910	4186	117476
INFORMAL	22607	904	-	23511
TOTAL	86987	49814	4186	140987

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1970, Tabela 26

Pode-se constatar, através da tabela 11, que em 1970 a participação da PEA do Rio Grande do Norte nos Setores Formal e Informal urbanos, foi semelhante a 1960. Assim é que a maioria da PEA, num total de 86.987 pessoas, encontrava-se na classe de renda baixa, representando 61.7% da PEA total. Por sua vez, o menor número de pessoas economicamente ativas - 4.186 - encontrava-se na classe de renda alta, representando 3.0% da PEA total.

Constata-se, ainda, que o Setor Formal congregou, na classe de renda média, 48.910 pessoas, representando 41.6% do total da PEA desse Setor. Enquanto isso, o Setor Informal congregou, somente, 904 pessoas nessa classe de renda, representando 3.8% do total da PEA desse Setor. Na classe de renda alta, o Setor Formal congregou o menor número de pessoas. O Setor Informal não congregou nenhuma pessoa nessa classe de renda.

Pode-se constatar, também, que a maioria da PEA, num total de 117.476 pessoas, estava congregada no Setor Formal, representando 83.3% da PEA total. O Setor Informal congregou 23.511 pessoas, o que representa 16.7% da PEA total.

TABELA 12

Variação percentual da participação da população economicamente ativa (PEA) do RIO GRANDE DO NORTE, nos Setores Formal e Informal urbanos, por classe de renda, entre 1960 e 1970

SETOR	CLASSE DE RENDA			Variação TOTAL por Setor
	Até um salário mínimo e meio	De um salário mí nimo e meio até dez salários	Mais de dez salários	
FORMAL	10.0%	154.0%	557.0%	49.0%
INFORMAL	36.4%	1105.0%	0	41.2%
Variação TOTAL por classe de renda	15.9%	158.2%	553.0%	48.4%

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1960 e 1970
Tabelas 24 e 26

Verifica-se, através da tabela 12, que o comportamento da PEA do Rio Grande do Norte foi diferente do comportamento dos demais Estados analisados na década. Assim é que a participação da PEA nos Setores Formal e Informal urbanos apresentou entre 1960 e 1970 percentuais de crescimento de, respectivamente, 10.0% e 36.4%, na classe de renda baixa. Desse modo, o total da população dos dois Setores, nessa classe de renda, cresceu em 15.9%.

Verifica-se, ainda, que, na classe de renda média, o percentual de crescimento do Setor Informal de 1.105.0% foi, em termos proporcionais, muito superior aos dos demais Estados analisados. O Setor Formal cresceu em 154.0%. A população total dessa classe de renda apresentou um crescimento de 158.2%. Na classe de renda alta, o Setor Formal cresceu em 557.0%, tendo sido zero o crescimento do Setor Informal.

Assim sendo, o crescimento do Setor Formal foi, no período em estudo, superior ao do Setor Informal.

3.2.8 - AS ABORDAGENS "DUAL" E "GLOBAL" E OS SETORES FORMAL E INFORMAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Depreende-se que o Setor Formal do Rio Grande do Norte foi o único que apresentou um percentual de crescimento positivo na classe de renda baixa. Isso significa, de acordo com Raul Ekerman, um dos autores que defendem a idéia da interdependência entre os Setores Formal e Informal, que, da mesma forma que existem alguns "informais" ricos, existem, também, pessoas que possuem empregos formais de baixa renda, indicando, no caso do Rio Grande do Norte, que as atividades de transformação de que se ocupam, têm a finalidade de consumo e não de acumulação de capital.

Ainda assim, verifica-se que o percentual de cres

cimento do Setor Informal, de 36.4%, na classe de renda baixa, foi superior ao do Setor Formal, que foi de 10.0%, e que, a quase totalidade da PEA encontrava-se nessa classe de renda, sugerindo que cabe ao Setor Informal alimentar com mão-de-obra barata o Setor Formal.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Examinadas as abordagens "dualistas" e "globais" sobre o mercado de trabalho e, considerando a participação da população economicamente ativa brasileira, nos Setores Formal e Informal urbanos, na década 1960 - 1970, através dos dados das tabelas utilizadas no presente estudo, constata-se que, tanto no Brasil como nos Estados analisados, com exceção, apenas do Rio Grande do Norte, a tendência da PEA do Setor Formal foi de ter diminuída a sua participação na classe de renda baixa. Em contrapartida, a participação da PEA do Setor Informal teve, nessa classe de renda, percentuais de aumento em todos os Estados analisados. Isso pode significar, de acordo com CUNHA (1979, p. 35) que ao Setor Informal restaram aquelas atividades, cujo baixo nível de produtividade, ainda não foram regulamentadas pelo capital. Os dados, também, levam a inferir-se que os Setores Formal e Informal estão correlacionados, fazendo parte da estrutura econômica da cidade, global e interligada, sendo o Setor Informal, de acor

do com CUNHA (1979, p. 34), fruto do modelo de desenvolvimento capitalista adotado, não somente pelo Brasil, mas por outros países latino-americanos. Por esta razão, esse Setor representa, para o Setor Formal, uma fonte de mão-de-obra barata.

Assim sendo, com base no presente estudo, pode-se concluir que:

- o dualismo no mercado de trabalho urbano é um fenômeno característico dos países do "Terceiro Mundo", entre os quais está incluído o Brasil;

- entre as duas correntes teóricas existentes sobre o mercado de trabalho urbano, a corrente "global", no caso brasileiro, parece ser a que mais se aproxima da realidade;

- os Setores Formal e Informal cresceram juntos no Brasil, assim como nos Estados analisados, contrariando a corrente dualista que acredita que ao longo do tempo o Setor Formal absorverá o Informal;

- a maioria dos salários do Setor Informal do Brasil mostraram-se sempre baixos em relação aos do Setor Formal;

- por decorrência, no Setor Informal encontra-se a maioria da PEA mais pobre.

Encerrando-se, algumas recomendações podem ser aqui registradas;

- os dados do Censo Demográfico de 1980 poderão ser aproveitados para a continuação do presente estudo;

- estudo semelhante a este poderá ser feito em outros Estados do Brasil;

- as atividades "marginais", a que se referiu Rezende (op. cit. p.113), poderão ser incluídas num estudo semelhante, através de uma pesquisa de campo.

5. APÊNDICES

TABELA Nº 1

PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA

BRASIL - 1970

CLASSE DE RENDA SETOR	-150			150-1000			+ 1000			TOTAL (% DO SETOR NA PEA)
	INSTITUCIONAL	POPULAÇÃO	647036	3328808	767968	4743812	% DO SETOR NA CLASSE	14.65	39.47	
	% DA CLASSE NO SETOR	13.64	70.17	16.19	100.00	POPULAÇÃO	1483248	3909371	70048	5462667
CRIAÇÃO	% DO SETOR NA CLASSE	33.59	46.36	7.75	39.72	% DA CLASSE NO SETOR	27.15	71.57	1.28	100.00
	% DA CLASSE NO SETOR	458856	799570	62454	1320880	POPULAÇÃO	10.39	9.48	6.91	9.60
REALIZAÇÃO	% DO SETOR NA CLASSE	34.74	60.53	4.73	100.00	% DA CLASSE NO SETOR	1827228	395341	2798	2225366
	% DA CLASSE NO SETOR	41.37	4.69	0.31	16.18	POPULAÇÃO	4416368	8433090	903267	13752725
INFORMAL	% DO SETOR NA CLASSE	82.11	17.77	0.13	100.00	% DA CLASSE NA PEA	32.11	61.32	6.57	100.00
TOTAL	POPULAÇÃO	4416368	8433090	903267	13752725	% DA CLASSE NA PEA	100.00	100.00	100.00	100.00
	% DA CLASSE NA PEA	32.11	61.32	6.57	100.00					

Fonte: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1970

Tabela 26

TABELA Nº 2

PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA

BRASIL - 1960

CLASSE DE RENDA SETOR	-60			61-500			+ 500			TOTAL (% DO SETOR NA PEA)
INSTITUCIONAL	POPULAÇÃO	732210	1872811	101937						2706958
	% DO SETOR NA CLASSE	15.53	45.19	90.00						30.17
	% DA CLASSE NO SETOR	27.05	69.18	3.77						100.00
CRIAÇÃO	POPULAÇÃO	2256670	1764606	5277						4026553
	% DO SETOR NA CLASSE	47.88	42.58	4.66						44.88
	% DA CLASSE NO SETOR	56.04	43.83	0.13						100.00
REALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	442164	360227	5442						807833
	% DO SETOR NA CLASSE	9.38	8.69	4.81						9.01
	% DA CLASSE NO SETOR	54.73	44.60	0.67						100.00
INFORMAL	POPULAÇÃO	1282550	146694	601						1429845
	% DO SETOR NA CLASSE	27.21	3.54	0.53						15.94
	% DA CLASSE NO SETOR	89.70	10.26	0.04						100.00
TOTAL	POPULAÇÃO	4713594	4144338	113257						8971189
	% DO SETOR NA CLASSE	100.00	100.00	100.00						100.00
	% DA CLASSE NA PEA	52.54	46.20	1.26						100.00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1960 Tabela 24

TABELA Nº 3

PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA

ESTADO DE SÃO PAULO - 1970

CLASSE DE RENDA SETOR	+ 1000			TOTAL (% DO SETOR NO PEA)
	-150	150-1000	+ 1000	
INSTITUCIONAL	POPULAÇÃO	1018350	292347	1380297
	% DO SETOR NA CLASSE	34.66	80.90	33.33
	% DA CLASSE NO SETOR	73.78	21.18	100.00
CRIAÇÃO	POPULAÇÃO	244986	35515	1745210
	% DO SETOR NA CLASSE	29.11	9.83	42.15
	% DA CLASSE NO SETOR	14.04	2.03	100.00
REALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	91352	32171	403393
	% DO SETOR NA CLASSE	10.88	8.90	9.74
	% DA CLASSE NO SETOR	22.65	7.98	100.00
INFORMAL	POPULAÇÃO	435625	1327	612055
	% DO SETOR NA CLASSE	51.76	0.37	14.78
	% DA CLASSE NO SETOR	71.17	0.22	100.00
TOTAL	POPULAÇÃO	841563	361360	4140955
	% DA CLASSE NA PEA	100.00	100.00	100.00
		20.32	8.73	100.00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1970 Tabela 26

TABELA Nº 4

PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA

ESTADO DE SÃO PAULO - 1960

CLASSE DE RENDA	-61			61-500			+ 500			TOTAL	(% DO SETOR NA PEA)
	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR					
INSTITUCIONAL	114071	608842	36382	759295							
	11.66	40.12	89.26	29.93							
	15.02	80.19	4.79	100.00							
CRIAÇÃO	487505	710672	1626	1199803							
	49.82	46.83	3.99	47.30							
	40.63	59.23	0.14	100.00							
REALIZAÇÃO	92712	137548	2495	232755							
	9.48	9.06	6.12	9.17							
	39.83	59.10	1.07	100.00							
INFORMAL	284172	60506	255	344933							
	29.04	3.99	0.63	13.60							
	82.39	17.54	0.07	100.00							
TOTAL	978460	1517568	40758	2536786							
	100.00	100.00	100.00	100.00							
	38.57	59.82	1.61	100.00							

Fonte: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1960 Tabela 24

TABELA Nº 5

PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA

SANTA CATARINA - 1970

CLASSE DE RENDA	+ 1000			TOTAL
	-150	150-1000	+ 1000	
SETOR				(% DO SETOR NA PEA)
INSTITUCIONAL				
	POPULAÇÃO	87417	11885	112611
	% DO SETOR NA CLASSE	36.20	87.44	32.96
	% DA CLASSE NO SETOR	11.81	77.63	100.00
CRIAÇÃO	POPULAÇÃO	129151	1039	160627
	% DO SETOR NA CLASSE	53.50	7.64	47.02
	% DA CLASSE NO SETOR	18.95	0.65	100.00
REALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	17673	646	25853
	% DO SETOR NA CLASSE	8.70	4.76	7.57
	% DA CLASSE NO SETOR	29.14	2.50	100.00
INFORMAL	POPULAÇÃO	7181	22	42533
	% DO SETOR NA CLASSE	2.98	0.16	12.45
	% DA CLASSE NO SETOR	83.06	0.05	100.00
TOTAL	POPULAÇÃO	241422	13592	341624
	% DA CLASSE NA PEA	100.00	100.00	100.00
		70.67	3.98	100.00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1970 Tabela 26

TABELA Nº 6:

PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA

SANTA CATARINA - 1960

CLASSE DE RENDA SETOR				TOTAL (% DO SETOR NA PEA)
	- 60	61-500	+ 500	
INSTITUCIONAL	POPULAÇÃO	23883	33927	961
	% DO SETOR NA CLASSE	19.04	44.27	88.82
	% DA CLASSE NO SETOR	40.64	57.73	4.63
CRIAÇÃO	POPULAÇÃO	68232	36293	81
	% DO SETOR NA CLASSE	54.40	47.36	7.49
	% DA CLASSE NO SETOR	65.23	34.70	0.07
REALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	9507	4774	40
	% DO SETOR NA CLASSE	7.58	6.23	3.69
	% DA CLASSE NO SETOR	66.38	33.34	0.28
INFORMAL	POPULAÇÃO	23820	1637	-
	% DO SETOR NA CLASSE	18.98	2.14	-
	% DA CLASSE NO SETOR	93.57	6.43	-
TOTAL	POPULAÇÃO	125442	76631	1082
	% DO SETOR NA CLASSE	100.00	100.00	100.00
	% DA CLASSE NA PEA	61.75	37.72	0.53

Fonte: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1960 Tabela 26

TABELA Nº 7

PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA

RIO GRANDE DO NORTE - 1970

CLASSE DE RENDA SETOR	+ 1000			TOTAL (% DO SETOR NA PEA)	
	=150	150-1000	+ 1000		
INSTITUCIONAL	POPULAÇÃO	23337	27836	3914	55087
	% DO SETOR NA CLASSE	26.83	55.88	93.50	39.07
	% DA CLASSE NO SETOR	42.36	50.53	7.11	100.00
CRIAÇÃO	POPULAÇÃO	30896	17911	160	48967
	% DO SETOR NA CLASSE	35.52	35.96	3.82	34.73
	% DA CLASSE NO SETOR	63.10	36.58	0.32	100.00
REALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	10147	3163	112	13422
	% DO SETOR NA CLASSE	11.66	6.35	2.68	9.52
	% DA CLASSE NO SETOR	75.60	23.57	0.83	100.00
INFORMAL	POPULAÇÃO	22607	904	-	23511
	% DO SETOR NA CLASSE	25.99	1.81	-	16.68
	% DA CLASSE NO SETOR	96.15	3.85	-	100.00
TOTAL	POPULAÇÃO	86987	49814	4186	140987
	% DO SETOR NA CLASSE	100.00	100.00	100.00	100.00
	% DA CLASSE NA PEA	61.70	35.33	2.97	100.00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico do Brasil, 1970 Tabela 26

TABELA Nº 8

PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA

RIO GRANDE DO NORTE - 1960

CLASSE DE RENDA SETOR	-60			61-500			+ 500			TOTAL (% DO SETOR NA PEA)
	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR	POPULAÇÃO % DO SETOR NA CLASSE % DA CLASSE NO SETOR				
INSTITUCIONAL	17802	11427	570	29699						
	23.71	59.22	86.87	31.29						
	59.94	38.48	1.58	100.00						
CRIAÇÃO	33872	6616	55	40543						
	45.12	34.29	10.17	42.71						
	83.54	16.32	0.14	100.00						
REALIZAÇÃO	6834	1177	12	8023						
	9.10	6.10	2.22	8.45						
	85.18	14.67	0.15	100.00						
INFORMAL	16576	75	4	16655						
	22.07	0.39	0.74	17.55						
	99.53	0.45	0.02	100.00						
TOTAL	75084	19295	541	94920						
	100.00	100.00	100.00	100.00						
	79.10	20.33	0.57	100.00						

TABELA Nº 9

VARIAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA ENTRE
1960 E 1970
BRASIL

CLASSE DE RENDA SETOR	-150	150-1000	+ 1000	TOTAL
INSTITUCIONAL	- 11.63	77.74	653.4	75.24
criação	- 33.92	121.54	1227.0	35.66
REALIZAÇÃO	3.77	121.96	1047.0	63.50
INFORMAL	42.47	169.50	365.5	55.63
TOTAL	- 6.24	103.4	697.5	53.30

Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Brasil, 1960 e 1970 Tabelas 24 e 26

TABELA Nº 10

VARIAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE
 PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA ENTRE
 1960 E 1970
 SÃO PAULO

CLASSE DE RENDA SETOR	- 150	150-1000	+ 1000	TOTAL
INSTITUCIONAL	- 38.98	67.26	703.5	81.78
CRIAÇÃO	- 49.74	106.1	2084.0	45.45
REALIZAÇÃO	- 1.46	103.4	1189.0	73.31
INFORMAL	53.30	189.4	420.3	77.44
TOTAL	- 13.99	93.6	786.6	63.23

Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Brasil, 1960 e 1970 Tabelas 24 e 26

TABELA Nº II.

VARIAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA ENTRE

1960 E 1970

SANTA CATARINA

CLASSE DE RENDA SETOR	- 150	150 - 1000	+ 1000	TOTAL
INSTITUCIONAL	- 43.47	157.6	1136.0	91.61
criação	- 55.88	255.8	1182.0	53.55
REALIZAÇÃO	- 22.22	270.2	1515.0	80.52
INFORMAL	48.32	338.6	0	67.07
TOTAL	- 31.2	215.0	1156.0	68.16

Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Brasil, 1960 e 1970 Tabelas 24 e 26

TABELA Nº 12

VARIAÇÃO DA PEA NOS SETORES DO MODO DE
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAPITALISTA ENTRE
1960 E 1970
RIO GRANDE DO NORTE

CLASSE DE RENDA SETOR	- 150	150-1000	+ 1000	TOTAL
INSTITUCIONAL	31.1	143.6	586.6	85.48
criação	- 8.69	170.7	190.9	20.77
REALIZAÇÃO	48.47	168.7	833.3	67.24
INFORMAL	36.38	1105.0	0	41.16
TOTAL	15.85	158.2	673.7	48.53

Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Brasil, 1960 e 1970 Tabelas 24 e 26

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) AMANTINO, Ana Maria dos Santos. Algumas considerações sobre a força de trabalho na Região Sul. Porto Alegre, SUDESUL, 1978.
- 2) ARYEE, G. A. Effects of formal education and training on the intensity of employment in the informal sector; a case study of Kumasi, Ghana. Geneva, I.L.O., 1976.
- 3) BARAT, Josef. Política de desenvolvimento urbano; aspectos metropolitanos e locais. 2 ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979:
- 4) BARBOSA, Milton. Algumas considerações sobre um programa de apoio à micro-empresa (ou micro-unidade) de produção. Rio de Janeiro, IPEA, 1978. 'Mimeografado'
- 5) BIENFELD, M. A. The informal sector and peripheral capitalism; the case of Tanzania. Bulletin, Brighton, Institute of Development Studies 6 (3) : 53-73, s.d.
- 6) BOSE, A. N. The informal sector in the Calcuttá metropolitan economy. Geneva, I.L.O., WEP/VERP, 1974.
- 7) BRUYNE, Paul de et alii. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

- 8) CASTRO, A. & LESSA, C. Introdução à economia; uma abordagem estruturalista. 17 ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977.
- 9) CATANI, Afranio Mendes. O que é capitalismo. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 10) CAVALCANTI, Clovis. Atividades de trabalho informal no Recife. Recife, Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1978.
- 11) _____. Emprego, produção e renda no setor informal urbano no Nordeste; o caso de Salvador, Bahia. Estudos Econômicos. São Paulo, 11 (1) : 93-105, mar. 1981.
- 12) CAVALCANTI, Clóvis & DUARTE, Renato. A procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza. Recife, SUDENE/FUNDAJ, 1980.
- 13) CUNHA, Paulo Vieira de; Dualismo no mercado de trabalho; uma verificação empírica em sua amostra de trabalhadores de baixa renda. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 7 : (1) : 101-44, abr. 1977.

- 14) CUNHA, Paulo Vieira da. A organização dos mercados de trabalho; três conceitos alternativos. Revista de Administração em Empresas, Rio de Janeiro, FGV, 19 (1):29-46, jan./maio 1979.
- 15) DEMO, Pedro. Política e planejamento social. In: FORMAÇÃO profissional e desenvolvimento econômico e social. Rio de Janeiro, FGV, 1979.
- 16) EKERMAN, Raul. Absorção de mão-de-obra nos mercados formal e informal; tecnologia e distribuição de renda, São Paulo, FIPE/USP, 1976. 'Mimeografado'
- 17) FUNDAÇÃO IBGE. Indicadores sociais; relatório 1979. Rio de Janeiro, 1979.
- 18) GERSHUNY, J. I. The informal economy. Futures, USA, 2 (1): 3-15, feb. 1979.
- 19) GOODMAN, David E. O modelo econômico brasileiro e os mercados de trabalho; uma perspectiva regional. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 5 (1): 88-116, jun. 1975.

- 20) GOODMAN, David E. e OLIVEIRA, Daniel R. Desemprego urbano no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 7 (3): 551-80, dez. 1977.
- 21) HARBERGER, A. On measuring the social opportunity cost of labour. International Labour Review, Geneva, 106 (6): 559-79, june 1971.
- 22) HART, Keith. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. The journal of Modern African Studies, London, 2 (1) : 61-89, 1973.
- 23) INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. Employment, incomes and equality; a strategy for increasing productive employment in Kenya. Technical Paper, Geneva, 1972.
- 24) KAY, Geoffrey. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- 25) LEWIS, W.A. Economic development with unlimited supplies of labour. In: The Economics of Underdevelopment, New York, 1963.
- 26) LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho; o capital humano e a teoria da segmentação. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10 (1) : 217-72, abr. 1980.

- 27) LOPES, José Sergio Leite. Notas críticas ao desemprego e subemprego no Brasil. Rio de Janeiro, FINEP, 1974. 'Mi
meografado'
- 28) MAHBOOB, E. The informal urban sector and development in
Pakistan. Brighton, University of Sussex, 1977.
- 29) MARTINE, George e PELIANO, José Carlos. Migrantes no mer-
cado de trabalho metropolitano. Brasília, IPEA / IPLAN,
1978. (Estudos para o planejamento).
- 30) MCGEE, T.G. Peasants in the cities; a paradox, a most
ingenious paradox. Human Organization, s.l, 32 (2)
summer, 1973.
- 31) MELLO, Maria da Conceição d'Incao. O bóia-fria, acumula-
ção e miséria. e. ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 32) OLIVEIRA, Francisco de. Economia Brasileira; crítica à ra-
zão dualista. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Se-
leções CEBRAP, 1).
- 33) OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imper-
feita. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

- 34) OLIVEIRA, Jane Souto et alii. O biscateiro como uma categoria de trabalho; uma análise antropológica. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro, 36 (2): 57-83, abr./jun. 1974.
- 35) REDWOOD III, John. Evolução recente das disparidades de renda regional no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 7 (3) : 485-550, dez. 1977.
- 36) REZENDE, Ubiratan Simões. Economia formal e informal. Boletim Conjuntural, Florianópolis, Fundação ITEP, 3 (1) : 110-19, mar. 1980.
- 37) RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Rio de Janeiro, Vozes, 1978.
- 38) SALOMON, Dêlcio Vieira. Como fazer uma monografia. 5 ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1977.
- 39) SANCHEZ, C. et. alii. Desarrollo urbano y setor informal en la ciudad de Córdoba, Argentina. Ginebra, I.L.O., 1976.
- 40) SANTOS, Milton. Pobreza urbana. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1979.
- 41) SCHUMACHER, E.F. O negócio é ser pequeno. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

- 42) SETHURAMAN, S.V. The urban informal sector; concept; measurement and policy. International Labour Review, Geneva, 114 (1) : 68-142, jul./aug. 1976.
- 43) _____ . The informal sector in África. International Labour Review. Geneva, 116 (3) : 343-52, nov./dec. 1977.
- 44) SOUZA, Paulo Renato. Salário e mão-de-obra excedente. São Paulo, CEBRAP, 1979. (Estudos CEBRAP, 25)
- 45) TOLOSA, Hamilton. Dualismo no mercado de trabalho. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 5 (1): 1-36, jun. 1975.
- 46) WEEKS, John. Policies for expanding employment in the informal urban sector of developing economies. International Labour Review, Geneva, 3 (1) : 1-13, jan.1975.
- 47) WEEKS, S.G. Where are all the jobs? The informal sector in Bugisa, Uganda. The African Review, 3 (1) : 11-32, oct. 1973.
- 48) WHITAKER, Morris D. e SUCH, Edward G. O mercado de trabalho industrial no Brasil e suas implicações para a absorção de mão-de-obra. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 7 (2) : 333-66, ago. 1977.